



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”
Estado de São Paulo

Ofício nº 018/2017 - CM

Votorantim, 10 de abril de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Encaminhamos para apreciação de Vossa Excelência e Dignos Pares, o incluso Projeto de Lei sob nº 016/2017, que versa sobre a instituição e ampliação de benefícios aos servidores públicos municipais, integrantes do quadro do Poder Executivo, em função das negociações entabuladas com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Votorantim.

Tratam-se de diversos benefícios que, apresentados à mesa de negociação como integrantes da pauta de negociações, foram acolhidos pelo Executivo, tendo a proposta, por unanimidade, sido aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da categoria, realizada no dia 24 de março de 2017.

Assim, o projeto alterando a Lei nº 1.090, de 28 de dezembro de 1993, aumenta de 05 (cinco) para 15 (quinze) dias a licença paternidade; garante o direito à licença prêmio para os servidores que faltarem injustificadamente por até 05 (cinco) vezes no período aquisitivo, ou por até 02 (duas) vezes no mesmo ano; eleva de 30 (trinta) para 60 (sessenta) o prazo de afastamento para tratamento de doença de pessoa da família sem que o servidor perca o direito à licença prêmio; prevê a possibilidade da licença ser paga em pecúnia no caso de doença grave do servidor ou de pessoa da família; admite que o direito às faltas abonadas seja indenizado, caso não exercido; institui ponto facultativo, e individual e personalíssimo, o dia do aniversário do servidor.

O projeto também altera a Lei nº 2.098, de 12 de novembro de 2009, no sentido de elevar os percentuais do Adicional de Especialização de 0,5% para 1% (aos servidores que concluírem curso de qualificação profissional com carga horária de 180 horas), de 3% para 5% (no caso de graduação), de 5% para 10% (em caso de pós-graduação), de 9% para 15% (mestrado), e de 12% para 20% (doutorado).

A Lei nº 1.369, de 22 de dezembro de 1988, também é alterada, a fim de que o percentual de 6% do desconto do vale transporte incida tão somente sobre o salário base dos servidores, e não mais sobre seus vencimentos acrescidos dos adicionais por tempo de serviço, sexta parte e gratificação de nível universitário.

Prossegue a iniciativa crescendo, à Lei nº 1.596, de 30 de novembro de 2001, a aceitação, para fins de concurso de progressão funcional, dos títulos adquiridos pelo servidor antes do ingresso no cargo. Ainda nessa lei, reduz de 04 (quatro) para 02 (duas) a média das avaliações para fins de promoção por merecimento, e aumenta de 05 (cinco) para 15 (quinze) dias o prazo da licença para tratamento de saúde, para efeitos de contagem do direito à promoção por antiguidade.



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”
Estado de São Paulo

Por fim, o projeto de lei estende aos ocupantes do cargo de Supervisor Escolar o direito à gratificação combustível, instituída pela Lei nº 2.168, de 30 de setembro de 2010.

O projeto de lei trata-se, portanto, de fruto do esforço conjunto do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Votorantim e do Poder Executivo no reconhecimento e valorização da categoria que serve ao município, razão pela qual solicitamos a costumeira atenção, dessa colenda Casa de Leis, na discussão, votação e aprovação do presente nos termos do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal.

Respeitosamente,

FERNANDO DE OLIVEIRA SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Ao Senhor

BRUNO MARTINS DE ALMEIDA

DD. Presidente da Câmara Municipal de
Votorantim-SP.

FLC/laa